

O FMI e a discussão sobre a dívida externa brasileira

GAZETA MERCANTIL
- 5 OUT 1990

Igor Cornelsen *

A reunião do Fundo Monetário Internacional foi pano de fundo para uma grande discussão a respeito das linhas de curto prazo do Brasil com os grandes bancos privados internacionais. Esses contratos vencem em abril de 1991 e existem bancos que acreditam que deveriam tornar-se voluntários a partir dessa data e outros que deveriam permanecer compulsórios.



Para o leitor entender melhor o problema, que não faz parte do seu dia-a-dia, o Projeto III garante linhas de crédito para bancos, exportadores e importadores brasileiros para financiar e garantir seus negócios. O Projeto IV refere-se a créditos de curto prazo que bancos internacionais concedem a agências de bancos brasileiros no exterior que, por sua vez, mantêm financiamentos de longo prazo no Brasil.

Originalmente, em 1983, quando pela primeira vez se estabeleceram esses projetos, englobavam US\$ 15 bilhões aproximadamente. Hoje, porém, somente US\$ 7 bilhões a US\$ 8 bilhões ainda têm uso para negócios brasileiros. Do restante, uma parte foi simplesmente retirada por bancos que já não mais se interessam em manter negócios com o Brasil e a outra destina-se a financiar negócios externos que no entender de alguns bancos estrangeiros e de seus conselheiros jurídicos não desrespeitam as cláusulas do contrato.

Dentre os bancos que têm interesse em manter essas linhas compulsórias, podemos encontrar os grandes bancos estrangeiros com filiais ou agências no Brasil. A razão é muito simples: cada vez que o Banco Central do Brasil força um aumento de taxas de juro no mercado doméstico (como em setembro, por exemplo) esses bancos sacam de suas linhas (e de outros bancos internacionais que não têm agências no Brasil mas que preferem emprestar a bancos estrangeiros no Brasil a emprestar a bancos brasileiros), transformando os dólares em cruzeiros e os emprestando no mercado local a taxas altíssimas. Enquanto um banco brasileiro, captando com CDB, consegue emprestar com diferença de 0,5 a 1% ao ano a multinacionais e a grandes empresas no Brasil, esses bancos têm diferenciais positivos que podem chegar a números absurdos. Por outro lado, a política monetária do Banco Central tem dificuldade de ser cumprida.

Existe outro grupo que não tem interesse em linhas voluntárias para o Projeto IV. São principalmente os bancos brasileiros que financiaram suas matrizes no Brasil, através da Resolução nº 63, com as linhas de curto prazo por meio de paraísos fiscais. Em setembro, por exemplo, esses bancos recebiam, pelas parcelas de empréstimos de seus clientes vencidas no Brasil e liquidadas em cruzeiros, 85% do valor de face, quando vendidas em dólares no exterior, e compravam dívidas brasileiras vencidas e depositadas no Banco

Central no exterior por 20%, ganhavam líquido 65% (num paraíso fiscal onde não há tributação). Esse lucro é traduzido diretamente no balanço da matriz brasileira, também sem tributação. É importante notar que, posteriormente, o governo brasileiro paga em dólares esses empréstimos, recomprados por 20%, à razão de US\$ 600 milhões anuais a essas agências de bancos brasileiros localizadas no exterior. Não há como imaginar que esses bancos venham a ter interesse em acabar com a compulsoriedade das linhas do Projeto IV.

Outro grupo que não pode deixar de pressionar para sua manutenção é o de bancos brasileiros que não têm a menor qualificação técnica para sobreviver num mercado livre em Nova York ou em Londres. Seus gerentes, que não querem voltar ao Brasil, são fontes de grande pressão para a manutenção dessas linhas.

Por outro lado, os exportadores brasileiros são os grandes prejudicados por esse mercado compulsório. Há algum tempo, uma multinacional europeia com subsidiária no Brasil me procurou para tentar viabilizar uma redução de custos da exportação de US\$ 50 milhões para os EUA. Como as linhas do Projeto III estavam muito escassas, os custos se encontravam muito altos no crédito à exportação. Como essa multinacional representava um ótimo risco e as exportações seriam pagas em dólares nos EUA, na prática não era "risco Brasil" e portanto os custos financeiros deveriam ser muito baixos, pois essa multinacional capta recursos a custos mais baixos que bancos no mercado internacional. Mas me enganei: a existência do Projeto III torna "risco Brasil" todas as exportações financeiras do Brasil, mesmo quando são pagas em dólares no exterior. Vários bancos estrangeiros que procurei para viabilizar a operação não se interessaram em emprestar a esta multinacional sob o "guarda-chuva" do Projeto III, por medo de serem compulsoriamente obrigados a emprestar dinheiro novo ao Brasil no Projeto II (como em 1986), créditos que hoje valem 20% do valor de face.

Outros que não se interessam pela compulsoriedade são os bancos que são obrigados por seus respectivos bancos centrais a fazer provisões nas linhas de créditos de curto prazo. Por exemplo, o Banco da Inglaterra obriga seus bancos a manter provisões de 60% para os projetos III e IV. Se não houvesse esses projetos, exportações da Volkswagen para a Volkswagen da Alemanha, pagas no exterior, não teriam essas provisões e seriam do interesse dos bancos ingleses sem agências no Brasil, pois são pagos em dólares.

Bancos de investimento internacionais, como o Chartered West LB, preferem também um mercado livre. No México, por exemplo, conseguimos nos primeiros seis meses de 1990 viabilizar mais de US\$ 50 milhões de novas linhas internacionais de crédito (de dinheiro novo) para bancos mexicanos, com grandes investidores internacionais e a taxas inferiores àquelas praticadas recentemente por um grande banco norte-americano pela colocação de seus FRN no mercado internacional. A existência do Projeto III e do Projeto IV nos impediria de fazer o mesmo com o Brasil, mesmo que celebre

acordo com o FMI, com os bancos privados e tenha abundantes reservas em moedas estrangeiras. Investidores privados internacionais fogem de negócios compulsórios.

Neste fim de semana, as autoridades monetárias brasileiras estariam decidindo em Brasília o que propor aos banqueiros privados brasileiros em Nova York na próxima semana.

Que não tenham medo do mercado livre. Se o Brasil celebrar um acordo com o FMI, um acordo viável com os credores privados, se continuar tratando com seriedade o déficit público, não será preciso temer a perda das linhas de curto prazo. Num primeiro momento, poderia perder US\$ 1 bilhão ou US\$ 2 bilhões de

grandes bancos internacionais com graves problemas internos que seriam compensados com vários outros bilhões de dólares de bancos de médio e pequeno portes, que, por não terem agências no Brasil e não gostarem de compulsoriedade, não financiam o comércio internacional brasileiro de suas multinacionais, mas o fariam sem a compulsoriedade.

Um país viável como o Brasil, se continuar sério como nos primeiros seis meses do governo Collor, terá todo o crédito que seu comércio internacional requerer de forma voluntária. Involuntariamente, porém, será bem mais problemático.

* Diretor do Chartered West LB Limited/SP.